

Políticas Públicas Educacionais de Espaços Não Formais de Educação

Olira Saraiva Rodrigues¹

Resumo

O estudo procura apontar os avanços legais e pedagógicos, com seus limites e alcances, no processo educativo diante da possibilidade de espaços não formais de educação, explicitando especificidades e similitudes em detrimento a outros tipos de espaços: formais e informais. Enfim, investigar o que vem sendo chamado de espaço não formal de educação, justamente na perspectiva de valorizar uma educação que extrapola os muros da escola e interage com a cidade em suas múltiplas dimensões. Desta forma, o caminho metodológico da pesquisa encontra aporte teórico no campo da educação, da ciência e tecnologia, das políticas educacionais e da sociologia.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Espaços não formais de Educação; Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Summary

The study seeks to highlight the legal and educational advances, with its limits and reaches, in the educational process at the possibility of spaces non-formal education, highlighting similarities and specificities over other types of spaces: formal and informal. Finally, investigate what is being called the space of non-formal education, precisely in view of to valorize an education that goes beyond the school walls and interact with the city in its multiple dimensions. Thus, the methodological approach is theoretical research in the field of education, science and technology, education policy and sociology.

Keywords: Public Policy Education; Fully Non Formal Education, Public Policies for Science, Technology and Innovation.

¹ Mestre em Educação – PUC/GO. Coordenadora do Núcleo de Divulgação e Popularização da Ciência da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – SEMCT&I de Anápolis-GO. olira@anapolis.go.gov.br

1. Introdução

O presente artigo pretende contribuir para as discussões referentes à compreensão do campo de espaços não formais de educação, trazendo subsídios das reflexões teóricas já realizadas sobre o tema no Brasil, como também discussões referentes às Políticas Públicas de espaços não formais de educação, no segmento das propostas educacionais realizadas com todos os segmentos sociais, em períodos que não aqueles preenchidos pela educação formal.

Tal estudo elucidará e discutirá alguns acontecimentos que marcaram um novo campo para a educação no Brasil, bem como as especificidades e similitudes diante de outras modalidades educativas.

No entanto, antes de se referir a espaços não formais de educação, será necessário tratar de educação não formal. Uma modalidade de educação que vem se ampliando muito na sociedade atual. Entretanto, apesar disso, ainda há dificuldade de se entender a dimensão pedagógica do trabalho educativo não formal, além da precariedade de uma legislação específica que lhe dê sustentação.

Diante disso, o intuito será analisar a configuração da política social, com ênfase nas políticas educacionais, buscando construir um referencial teórico e seu processo de desenvolvimento para espaços não formais de educação, bem como abordar as Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, no que se refere à divulgação e popularização da ciência.

2. Políticas Públicas Educacionais

De acordo com Brzezinski (2007, p. 7), a política é um objeto de investigação intrigante, primeiramente por ser um estudo do governo, estado e poder, e, posteriormente da sociedade no campo da Ciência Política e das Políticas Educacionais de corte social.

Para Bianchetti (1999), as políticas educacionais fazem parte das políticas sociais (sendo estas entendidas como as de educação, saúde, habitação, etc.) e referem-se às propostas educacionais, consideradas as relações de poder na destinação de recursos.

Comparando Azevedo (1997) com a obra “A educação como política pública” e Bianchetti (1999) com a obra “Modelo neoliberal e políticas educacionais”, no que tange as políticas educacionais, enquanto aquela faz uma problematização de possíveis contribuições que as abordagens teóricas trazem para a análise específica educacional, sempre a enfocando em sua dimensão macro-política; este busca os elementos teóricos capazes de permitir o

desenvolvimento de uma estratégia para enfrentar os desafios postos pela teoria neoliberal, em função do compromisso com a defesa de educação pública, democrática e de qualidade, permitindo os setores populares não mais ficarem excluídos do desenvolvimento do conhecimento científico.

Azevedo (1997) realiza um estudo exploratório, enquanto um processo histórico das representações de poder e dominação que atravessam as sociedades de classe, para proceder à análise dialética do contexto histórico das políticas públicas, de corte educacional, formulada à luz do modelo de cunho liberal. Já, Bianchetti (1999) realiza uma pesquisa teórico-bibliográfica e a análise do problema é feita sob uma perspectiva histórico-materialista. O modelo neoliberal é o eixo das críticas do autor, diante das reflexões das ações e não ações do Estado na formulação e aplicação de políticas públicas, em especial para a Educação. Desta forma, o autor faz uma análise do modelo neoliberal estudando algumas categorias que constituem a estrutura do modelo social.

Ambos os autores contribuem para o estudo da temática da Educação como Política Pública de “corte social”. Azevedo (1997) na educação como política pública, problematizando algumas questões da política educacional e Bianchetti (1999) apontando a educação sob as categorias de sociedade do conhecimento e qualidade total.

A autora Vera Candau (2010) faz referência à importância do reconhecimento de espaços não formais de educação nos tempos atuais, como novos espaços educativos, pois considera novas práticas sociais com múltiplas formas de se relacionar com o conhecimento. Na mesma direção, Rincón (2011) afirma que “a educação informal perpassa a educação formal” (p. 5).

Ou seja, todo o processo educativo não pode ficar centrado apenas numa modalidade educativa e num único espaço, visto ser necessário o estudo teórico-metodológico de todas as possibilidades.

3. Espaços Não Formais de Educação nas Políticas Públicas Educacionais do Brasil

Partindo do entendimento de que a educação, enquanto forma de ensino-aprendizagem, se dá em diversos espaços e contextos, a educação não formal também integra esse processo, com característica de uma prática educativa, lúdica, cultural, política e social.

Conforme o autor Gohn (2006), a educação pode ser dividida em três diferentes formas: educação formal desenvolvida nas escolas; educação informal, que decorre de

processos naturais e espontâneos; e educação não formal, que ocorre quando existe a intenção de determinados sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos fora do ambiente escolar.

A educação formal no Brasil é regulamentada pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Estado da Educação e Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação. Esse tipo de educação segue as regulamentações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, compreendendo desde a educação infantil até o ensino superior. Uma educação de modo racionalizado e instrumental, onde o processo de ensino é segmentado.

Em contrapartida, há a educação informal, sendo aquela que possibilita aquisição e acúmulo de conhecimentos, por meio de experiências cotidianas e corriqueiras, seja em casa, trabalho ou lazer.

Já a educação não formal, talvez no limiar entre as duas anteriores, não se submete a nenhuma das regulamentações e órgãos educacionais, porém compreende toda atividade educativa organizada e sistemática que ocorre fora dos âmbitos escolares. Os espaços não formais de educação são muito diversificados. Os espaços clássicos vão desde Museus, Planetários, Jardins Botânicos, Zoológicos, Centros de Ciências, dentre tantos outros.

Em 1990, com o “Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, documento elaborado na Conferência Mundial de Educação para Todos, foram delineadas novas possibilidades de trabalho para a área da educação básica. Passa-se então a vislumbrar a educação não formal, mas ainda não eram mencionados espaços não formais de educação.

Posteriormente, algumas diretrizes redefiniram o espaço compreendido de educação, não se reduzindo à instituição escolar. De acordo com a análise da LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), observa-se que, diferentemente das leis anteriores, o conceito de educação engloba processos formativos que ocorrem em outros espaços, além do processo de escolarização formal, estabelecendo no artigo 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ou seja, os processos organizativos da sociedade civil traduzem a possibilidade do conhecimento ser adquirido em outros espaços, traduzidos em espaços não formais de educação.

Dessa forma, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços não formais. De acordo com Libâneo (2008, p. 89), refere-se àquelas “atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas”. Portanto, atividades de práticas educativas sociais desenvolvidas de forma direcionada e com um objetivo definido.

De acordo com Steffani (2011), “o conceito escola se expande muito além dos muros escolares, incluindo todas as relações pessoais e coletivas, que incorporam tanto o ensino formal quanto o ensino não formal” (p.200).

Espaços não formais de educação possuem um perfil multidisciplinar e é, sem dúvida, uma ferramenta que permite colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da educação. A educação e suas relações com a sociedade são repensadas, desconstruindo o modelo convencional fechado de passividade e subordinação.

Tais espaços apresentam novas configurações sócio-históricas e podem tornar uma experiência determinante na formação cidadã, promovendo educação para direitos humanos, políticos, culturais e sociais, representados em liberdade, igualdade e democracia.

4. Espaços Não Formais de Educação nas Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação apresenta boa parte desses espaços como Atividades de Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo parte integrante das Ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Ações que seguem os preceitos da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. De acordo com o Portal do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI),

os museus e centros de ciência brasileiros são ainda relativamente poucos e têm pequena capacidade para promover a divulgação científica em grande escala. Enquanto em países desenvolvidos existem grandes redes dessas instituições, frequentadas por parcela significativa da população, no Brasil, a visitação média exibe números muito baixos, além de persistirem fortes desigualdades regionais em sua distribuição (*online*).

Um dos quatro eixos estratégicos que norteiam a atual Política Nacional de C,T&I, contido no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007-2010), visa, diante dessa realidade, “promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência, e a difusão de tecnologias

para a melhoria das condições de vida da população”. Uma integração de atividades de educação e divulgação científico-tecnológica e de inovação.

Por conseguinte, nota-se que os recursos relacionados à Criação e ao Desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência, Tecnologia e Inovação têm aumentado. De acordo com o próprio Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007-2010), pode-se notar um crescimento expressivo, como se observa no quadro a seguir (p. 361):

<i>Recursos (R\$ milhões)</i>					
<i>Origem</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Total</i>
MCT/FNDCT	3,00	5,00	9,40	14,00	31,40
MCT/outras ações PPA	0,06	1,10	1,80	1,12	3,36
Parceiros	3,00	5,00	7,00	10,00	25,00
Contrapartida	3,00	5,00	7,00	10,00	25,00
Total	9,06	16,10	24,48	35,12	84,76

Parceiros

- MEC
- ABC
- CONFAP
- FAPs
- CAPES
- ABIPTI
- Estados e Municípios
- Universidades e instituições de pesquisa
- SBPC
- CONSECTI
- Petrobras

Agência(s) executora(s)

() FINEP () CNPq () MCT () Outros

Quadro 1: Recursos de apoio à Criação e ao Desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI de 2007 a 2010

Ainda, de acordo com as informações da Associação Brasileira de Planetários (ABL),

o Brasil conta com mais de 30 planetários fixos, sendo que aproximadamente metade deles é de pequeno porte (atendem cerca de 20.000 pessoas/ano), 30% são de porte médio (40.000 pessoas/ano) e 20% são de grande porte (em torno de 100.000 pessoas/ano). (STEFFANI, 2011, p. 200)

Assim, pode-se mensurar que, anualmente, o público visitante nos planetários do Brasil passa o percentual de um milhão de pessoas.

Em face do quadro a de todas as exposições, é possível observar que a pesquisa se configura fundamentada em dois grandes setores sociais: a educação e a ciência, tecnologia e inovação.

Afinal, os campos da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação têm desempenhado um papel importante de reconhecimento e investimento em espaços não formais de educação, como orientação para a intervenção no meio educacional, social, cultural e político. Um modelo alternativo que pode ser bem utilizado por espaços formais de educação.

5. Algumas Considerações

Mudanças profundas afetaram as configurações sócio-históricas da educação escolar. Diante de uma temática em construção, o estudo procurou demonstrar a ampliação da concepção de educação, incluindo novos agentes e ambientes educativos.

Desta forma, o caminho metodológico da pesquisa encontrou aporte teórico no campo da educação, da ciência e tecnologia, das políticas educacionais e da sociologia, na configuração do discurso político-pedagógico diante de um cenário de espaços não formais de educação.

Sendo que, nesses espaços, passa o maior recurso nacional: crianças e jovens inteligentes, curiosos e questionadores. A visita a esses espaços desperta o encantamento pela natureza e pelo universo, como uma experiência determinante na formação cidadã.

Uma aprendizagem por descoberta, por sinal mais eficaz que por memorização. Um reconhecimento da importância e da necessidade de práticas educativas que acontecem para além da escola, transformando-se em uma aprendizagem mais significativa.

Enfim, tal estudo abordou espaços não formais de educação. Porém, para isso foi necessário elucidar os demais espaços de educação, dando suporte na afirmação de que todos os espaços de educação se complementam enquanto processos de ensino e aprendizagem na formação humana e social.

Referências

AFONSO, A. J. **Os lugares da educação**. In: Educação não-formal: cenários da Criação. SIMSON, O. R. M. (et al.) (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

AZEVEDO, J. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BIANCONI, M. L.(et. al.) **Educação não-formal**. Cienc. Cult., Dez 2005, vol.57, n.4, p.20-20. ISSN 0009-6725. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

BORGES, C. M. F. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BRASIL, *LDB*. **Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em< www.mec.gov.br>. Acesso em: 25 de setembro e 2012.

BRZEZINSKI, I. (org.). Lei nº 9.394, de 20.12.1996. In: **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Política: conceito bastante complexo**. 2007. Impresso por meios eletrônicos.

CANDAU, V. M. F. **Construir ecossistemas educativos**. In: _____. (Org.). Reinventar a Escola. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 11-16.

Conferência Mundial sobre Educação para Todos. **Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia – 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 2 de outubro de 2012.

Decreto n°. 5.622/2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2012.

GOHN, M. G. M. **Educação não-formal e cultura Política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação não-formal na pedagogia social.** In: Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo (SP). 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de setembro de 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos pra quê?** 10 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

MARANDINO, M. **A Prática de Ensino nas Licenciaturas e a Pesquisa em Ensino de Ciências: questões atuais.** Cad. Bras. de Ensino de Física, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 168-193, 2003.

MARX, K. **O capital.** Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Portal MCTI. **Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.** Plano de Ação 2007-2010. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2012.

_____. **Centros e Museus de C,T&I:** Descrição. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/307519/Descricao.html>>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

RINCÓN. L. **Porque formar professor@s para a leitura crítica dos MC sob a perspectiva de gênero**. 2011. Impresso por meios eletrônicos.

STEFFANI, M. H. **Planetários brasileiros e CT&I para o desenvolvimento social**. In: *Parcerias Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*. v. 16, n. 32. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Ministério de Ciência e Tecnologia. 2011.